



Simonsen na CPI: moratória é perigosa.

Simonsen espera “alguma recuperação” da economia

É possível esperar-se alguma recuperação na economia em 1984, “provavelmente a partir do segundo semestre”. Essa previsão foi feita ontem, em Brasília, pelo ex-ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen, durante depoimento prestado perante a CPI que investiga as causas do endividamento externo. Segundo ele, um indício de que a recuperação pode ocorrer é a disposição do governo em permitir o aumento das importações por parte das empresas privadas, utilizando os recursos economizados nas compras de petróleo e importações das empresas estatais.

Ele admitiu também que a elevação dos impostos e a redução do déficit público são medidas tendentes a assegurar uma redução na taxa inflacionária no próximo ano, excepcionalmente elevada em 1983 em decorrência da desvalorização cambial e da redução das safras agrícolas.

Para o ex-ministro do Planejamento, em relação à situação externa, “no momento, o melhor é nos acertarmos com o FMI do que nos isolarmos da comunidade financeira internacional”. Contudo, ele fez duas ressalvas: as negociações com o Fundo devem sinalizar para a retomada do crescimento econômico, liderado pela expansão das exportações e substituição das importações. “É preciso que a nossa política econômica se concentre em dois objetivos, aos quais o FMI não opõe nenhuma objeção: realismo cambial e fortalecimento da poupança interna”.

Simonsen considerou que os recursos novos, no montante de US\$ 6,5 bilhões, que estão sendo negociados com o mercado financeiro internacional são suficientes para atender às necessidades de 1983 e parte de 1984, mas considera necessário voltar a negociar, no próximo ano, mais recursos para fechar o balanço de pagamentos. Ele elogiou o Decreto-Lei nº 2.065, principalmente por ter sido votado pelo Congresso, mas disse preferir o 2.045, desde que não apenas os salários, mas todos os rendimentos, fossem reajustados no mesmo nível, ou seja, 80% da variação nominal do INPC.

Moratória

O professor Simonsen disse que, aspectos éticos à parte, é difícil crer que a contabilidade da moratória nos fosse favorável nos próximos dois ou três anos. Poupáramos em divisas a parte do pagamento de juros que não está sendo coberta com novos empréstimos, mas perderíamos os créditos das agências financeiras internacionais, a quase totalidade dos créditos comerciais, as agências dos bancos brasileiros no Exterior se tornariam insolventes, para não falar nas eventuais retaliações dos credores, como a apreensão de aviões, navios e suas cargas. Ele admitiu, no entanto, que, caso a

Argentina consiga condições excepcionais de negociação de sua dívida externa, em decorrência da ação política do presidente eleito Raul Alfonsín, certamente essas condições seriam estendidas ao Brasil, que é também um dos maiores detentores de dívida externa. Ele advertiu que “é preciso, contudo, não superestimar o nosso poder de barganha”, lembrando que a dívida brasileira, por mais gigantesca que pareça, é apenas 10% do total das dívidas internacionais, e não chega a representar 2% do Produto Interno Bruto anual dos países credores.

Impasse

Todavia, insistiu o ex-ministro, a renegociação da dívida externa brasileira e de outras dezenas de países poderá chegar a um impasse, se os juros reais não caírem e o comércio mundial não voltar a crescer. Nessa hipótese, ele considerou inevitável uma renegociação coletiva a nível político, com a intervenção de uma agência internacional, de tal forma que os créditos dos bancos contra o Terceiro Mundo fossem refinanciados com carências, prazos de amortização e juros reais adequados.

Para Simonsen, a inexistência de mecanismos definitivos de renegociação das dívidas externas não significa que deixemos de lutar pela sua criação, lembrando que há uma série de propostas em debate, como o aumento dos empréstimos do FMI e do Banco Mundial aos países em desenvolvimento, financiado pelo lançamento de títulos dessas instituições junto aos principais mercados financeiros; nova alocação de Direitos Especiais de Saque, para compensar a queda da liquidez internacional desde 1981, bem como ações conjuntas dos países devedores.

Ele disse que existem fortes argumentos em favor da montagem de esquemas definitivos de renegociação, destacando que, “um mundo de grandes débitos e créditos é incompatível com juros reais elevados e prazos convencionais de amortização”. Além disso, Simonsen considerou “absolutamente iníqua” a atual configuração dos balanços de pagamentos, forçando a transferência de recursos dos países em desenvolvimento para os Estados Unidos. “Indiretamente — disse ele — todos estamos financiando o déficit do Tesouro norte-americano.”

Simonsen sustentou que, com juros altos e fraca expansão do comércio mundial, as dívidas se acumularão em bola de neve, levando o sistema financeiro internacional a uma inevitável ruptura. Contudo, acrescentou, a recuperação dos países em desenvolvimento interessa ao crescimento e à criação de empregos no mundo industrializado, admitindo que propostas de renegociação coletiva devem ser sustentadas nos foros internacionais.